



Boletim Informativo nº. 07/2019

Cuiabá/MT, 04 de dezembro de 2019.

1. PROJETOS DE LEI

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[PROJETO DE LEI Nº 6.108/2019](#) - Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a realização de exames para diagnóstico ou triagem, em recém-nascidos, de anormalidades do metabolismo, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

[PROJETO DE LEI Nº 6.002/2019](#) - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o pagamento do salário-maternidade, na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança, seja realizado diretamente pelo empregador.

[PROJETO DE LEI Nº 5.996/2019](#) - Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que “cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos”, para dispor sobre a divulgação, na televisão, de informações de pessoas desaparecidas.

[PROJETO DE LEI Nº 5.947/2019](#) - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer novos requisitos para o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, e dá outras providências.

[PROJETO DE LEI Nº 5.946/2019](#) - Altera o artigo 50, §13 da Lei nº 8.069, de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o instituto da adoção.

[PROJETO DE LEI Nº 5.912/2019](#) - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para estabelecer regras sobre a veiculação de publicidade de produtos ou serviços majoritariamente destinados a crianças e adolescentes em emissoras de rádio e TV, em aplicações de internet e em publicações impressas.



[PROJETO DE LEI Nº 5.899/2019](#) - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, aumentando a pena da lesão corporal cometido contra professores, em razão da função, e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, aumentando o tempo máximo de internação aos menores infratores autores de atos infracionais contra os professores, em razão da função.

[PROJETO DE LEI Nº 5.854/2019](#) - Altera a Lei nº 9.394, de 1996 e dispõe sobre a necessidade de autorização por escrito de pais ou responsáveis para que menores de dezesseis anos participem de manifestações durante o horário de aula.

[PROJETO DE LEI Nº 5.810/2019](#) - Altera o art. 70-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente, para que as redes de ensino público e privada divulguem cartilha de orientação às crianças e aos adolescentes para prevenção contra a pedofilia na internet.

[PROJETO DE LEI Nº 1.535/2019](#) - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre regras relativas à guarda provisória no processo de adoção.

2. MP/MT EM AÇÃO

MP questiona retirada de competência das Varas da Infância e Juventude

A equipe do CAO da Infância e Juventude em conjunto com a Procuradoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente requereu administrativamente, junto ao Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, a revisão parcial do disposto nos artigos 1º e 7º, ambos da Resolução TJ/MT/OE nº 9, de 25 de julho de 2019, bem como expediu Nota Técnica com objetivo de orientá-los e de tornar público o posicionamento no sentido de que é necessária a urgente revisão da referida resolução, de modo a afastar a previsão de que a 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Várzea Grande possa, na área da saúde, processar e julgar as ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente (art. 148, I, da Lei Nacional n. 8.069/90) “em que figurem como parte o Município de Várzea Grande individualmente e/ou o Estado de Mato Grosso em litisconsórcio com os Municípios do Estado”.



[Clique aqui](#) para acessar a **Nota Técnica**.

[Clique aqui](#) para acessar o **Requerimento Administrativo**.

MPMT vence Innovare com projeto “Olhos da Mata”

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso recebeu o 16º Prêmio Innovare com o projeto “Olhos da Mata – Coibindo o Desmatamento Ilegal em Tempo Próximo ao Real”, nesta terça-feira (03), em solenidade realizada na cidade de Brasília (DF). Pela primeira vez na história, uma iniciativa mato-grossense foi premiada na categoria Ministério Público. O projeto concorreu com outras 165 práticas do país na mesma esfera. O vencedor foi anunciado pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal (STF), responsável por entregar o prêmio ao promotor de Justiça da comarca de Itiquira, Claudio Angelo Correa Gonzaga, e ao engenheiro florestal do MPMT José Guilherme Roquette. [Clique aqui](#) para ler mais.

Propostas para construção de seis centros socioeducativos no interior são analisadas

Após atuação incansável do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, finalmente estão em processo de análise pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) as propostas para contratação da empresa que ficará responsável pela construção de seis centros socioeducativos nos municípios de Sinop, Cáceres, Várzea Grande, Tangará da Serra, Barra do Garças e Rondonópolis. O titular da Procuradoria de Justiça Especializada da Criança e do Adolescente, procurador Paulo Roberto Jorge do Prado, participou da reunião de abertura das propostas.

“Essas unidades vão proporcionar a abertura de 360 novas vagas. Durante a reunião, o vice-governador do Estado, Otaviano Pivetta, comprometeu-se em não medir esforços para garantir que os centros socioeducativos sejam inaugurados até julho do ano que vem”, ressaltou o procurador de Justiça Paulo Prado.

Ele lembrou que, em abril deste ano, no Palácio Paiaguás, o Ministério Público (MPMT) reivindicou junto ao Poder Executivo estadual o cumprimento do acordo judicial, firmado no governo passado, de construção e reforma de Centros Socioeducativos em cidades polo do Estado. Durante a reunião, que também contou com a participação do Procurador-Geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, foi detalhado ao governador Mauro Mendes os termos do acordo firmado entre as partes, por intermédio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (Nupemec).



Pais de alunos da zona rural participam de palestra sobre evasão escolar

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Cáceres, em parceria com o Ministério Público, promoveu nesta quarta-feira (06), no Distrito de Santo Antônio do Caramujo, na zona rural, palestra sobre Evasão Escolar. O tema foi abordado pela promotora de Justiça Taiana Castrillon Dionello.

Cerca de 20 pessoas, entre pais, educadores e profissionais da assistência social participaram do evento. A promotora de Justiça, que atua na Defesa da Infância e Juventude, destaca que a evasão escolar é um problema enfrentado por várias unidades de ensino. Para combatê-la, segundo ele, o primeiro passo é entender que a causa do desinteresse do aluno está muito além do seu controle. [Clique aqui](#) para ler mais.

Projeto Fortalecer completa 15 anos de combate à evasão escolar

O Projeto Fortalecer, criado em 2004 pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso com o objetivo de combater à evasão escolar, completa, em 2019, 15 anos de atuação, com muito a comemorar, já que neste período quase 4 mil alunos foram atendidos. A iniciativa, idealizada pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do município de Várzea Grande, é desenvolvida em parceria com a Prefeitura Municipal, secretarias de Educação, Cultura, Assistência Social, Esporte e Lazer e o Centro Universitário de Várzea Grande (Univag). A sociedade civil também participa efetivamente com a adesão dos voluntários. [Clique aqui](#) para ler mais.

CEAF disponibiliza capacitação gratuita para conselheiros tutelares

Já está disponível na plataforma de aprendizagem do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso a “Capacitação de Conselheiros Tutelares”. Desenvolvido pelo Ministério Público de Goiás, o curso foi disponibilizado por meio de termo de cessão de uso, que permitiu o intercâmbio entre as duas instituições. [Clique aqui](#) para ler mais.

Nova edição do “Bom na Escola, Bom de bola” começa segunda (25)

Começa na próxima segunda-feira (25) a 5ª edição do projeto “Bom na Escola, Bom de bola” em São José do Rio Claro (a 315km de Cuiabá), às 18 h, no Ginásio Municipal Araújo Bezerra - “Bezerrão”. Idealizada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a iniciativa conta com a parceria da Vara da Infância e Juventude, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, empresários locais, diretores, coordenadores e professores da rede de ensino. [Clique aqui](#) para ler mais.



Conselheiros Tutelares participam de capacitação em Comodoro

Atuação em rede, atribuições dos conselheiros tutelares e estudo de casos práticos foram alguns dos assuntos abordados em uma capacitação promovida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso aos conselheiros tutelares de Comodoro, Campos de Júlio, Rondolândia e Nova Lacerda. O curso foi realizado na sede das Promotorias de Justiça de Comodoro, na sexta-feira (22).

A programação incluiu a participação de outras instituições, como a Polícia Civil, por meio do delegado de Polícia, Gilson Silveira do Carmo, e de representantes das equipes do CRAS e CREAS. Todos os cinco conselheiros eleitos dos quatro municípios compareceram, além de integrantes dos respectivos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. [Clique aqui](#) para ler mais.

Conselheiros tutelares de Vera e Feliz Natal participam de capacitação

Doze conselheiros tutelares eleitos em outubro deste ano, dos municípios de Vera e Feliz Natal, participaram de capacitação promovida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso. O curso foi articulado pelo promotor de Justiça que atua nos dois municípios, William Oguido Ogama, e viabilizado na plataforma de ensino a distância do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) do MPMT. [Clique aqui](#) para ler mais.

3. NOTÍCIAS ATUAÇÃO DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MP/TO

MPTO aciona Justiça por falhas no transporte escolar em Praia Norte. O Ministério Público do Tocantins, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis, ingressou com Ação Civil Pública (ACP), com pedido de tutela antecipada, requerendo que o Município de Praia Norte forneça, imediatamente, transporte escolar integral, gratuito e contínuo a todos os alunos matriculados na rede pública municipal de ensino, bem como providencie o reparo das estradas que ligam as comunidades às escolas da zona rural. [\(Clique aqui\)](#)

MP/AL

MP/AL – MPs Estadual e de Contas recomendam à Assembleia Legislativa a priorização da criança e do adolescente no PPA e na LOA 2020. Visando garantir a aplicação de recursos públicos em projetos e políticas que priorizem a área da infância e da juventude, os Ministérios Públicos Estadual de Alagoas e de Contas (MPAL e MPC/AL) expediram uma recomendação conjunta à Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE) para que, na elaboração e votação do Plano



Plurianual (PPA) 2020-2023 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020 haja a previsão legal para que todas as secretarias estaduais tenham, pelo menos, uma iniciativa em benefício exclusivo de crianças e adolescentes. De forma mais objetiva, os MPs querem que a Casa de Tavares Bastos observe a metodologia OCA (Orçamento da Criança e Adolescente), fazendo constar em seu bojo que cada unidade gestora faça previsões orçamentárias específicas e exclusivas destinadas ao atendimento de ações voltadas à proteção desse público específico. ([Clique aqui](#))

MP/AM

MPAM e Conselho Tutelar intervêm e resgatam criança em estado de penúria, em Nova Olinda. Um menino de cinco anos, em estado de desnutrição severa e vítima de maus tratos pela mãe e pelo padrasto, foi retirado de casa e internado no Hospital Dr. Galo Manoel Ibanez, em Olinda do Norte (AM), contra a vontade da mãe, resultado da ação do Ministério Público do Amazonas (MPAM) e do Conselho Tutelar local. A criança tem paralisia cerebral e, ao ser internada, no dia 13/11, tinha tendões, costelas, vértebras, articulações e quadris visíveis sob a pele, além de escaras (úlceras de pressão) nas costas. Ela se encontrava em um colchão, na casa de madeira, no chão, em condições de higiene e conforto mínimas. ([Clique aqui](#))

MP/GO

MP/GO promove palestra sobre bullying para alunos em Mara Rosa. O Ministério Público de Goiás (MP-GO) promoveu, no último mês, duas palestras sobre bullying para alunos do Colégio Estadual Professor Júlio Cavalcante, em Mara Rosa. A titular da Promotoria de Justiça da comarca, Antonella da Cunha Paladino, esclareceu as consequências das “brincadeiras” e ainda informou que o MP local encontra-se de portas abertas para receber todas as crianças e adolescentes. ([Clique aqui](#)).

MP-GO firma acordo com prefeitura de Jataí para adequar estrutura física de dez escolas. O Ministério Público de Goiás (MP-GO) firmou termo de ajustamento de conduta com a prefeitura de Jataí visando assegurar a adequação de dez instituições da rede municipal de ensino, em especial quanto às exigências técnicas e de segurança apresentadas pela Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros. Assinam o documento o prefeito da cidade, Vinícius de Cecílio Luz; o procurador-geral do município, Ricardo de Assis Moraes; e a promotora de Justiça Patrícia Almeida Galvão Costa de Assis. A articulação do acordo foi feita também pela promotora de Justiça Keila Martins Ferreira. ([Clique aqui](#)).



MP/MS

Comissão de Educação da Câmara dos Deputados analisa programa para combater a violência nas escolas. A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados debateu na última quinta-feira (31/10) o combate à violência no ambiente escolar. Entre as alternativas discutidas está o Programa de Conciliação para Prevenir a Violência e a Evasão Escolar (Proceve), implantado no Mato Grosso do Sul. O Proceve serviu de inspiração para o projeto de lei de autoria da Deputada Soraya Manato (PSL-ES), que está em tramitação na Câmara (PL 2410/19). ([Clique aqui](#)).

MP/CE

MP/CE realiza reunião com responsáveis de alunos em situação de abandono escolar. O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio do Promotoria de Justiça de Croatá, realizou, na manhã de quarta-feira (30/07), reunião com pais e responsáveis de crianças e adolescentes em situação de abandono escolar. Realizada no fórum da Comarca daquele município, o encontro contou com a parceria e participação da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Croatá e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). ([Clique aqui](#)).

MP/MG

Minas ganha a primeira Apac Juvenil do mundo. A Comarca de Frutal, no Triângulo Mineiro, entrou para os anais da história das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) com um ato pioneiro, celebrado nesta sexta-feira, 4 de outubro: a inauguração de uma unidade dedicada ao público juvenil. Na unidade, batizada de Apac Juvenil Centro Educacional Doutor Mário Ottoboni, será desenvolvido o projeto piloto de aplicação da metodologia apaquiana junto a menores em conflito com a lei. A experiência é inédita e a unidade é a primeira do gênero no mundo. ([Clique aqui](#)).

MP/PR

A pedido do MPPR, Justiça determina que Estado regularize situação de escolas estaduais sem condições de segurança e de combate a incêndio. Decisão da Vara da Infância e Juventude de Antonina, no Litoral paranaense, determinou que o Estado do Paraná adote as providências necessárias para promover a regularização das condições de segurança e combate a incêndio de três escolas estaduais no município. A medida, em caráter liminar, refere-se aos Colégios Estaduais Moysés Lupion e Rocha Pombo e à Escola Estadual Professora Maria Arminda e soma-se a outras



duas expedidas nas últimas semanas em resposta a ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Paraná. [\(Clique aqui\)](#).

MP/PA

Justiça acata pedido do MPPA e garante educação inclusiva de crianças. A justiça acatou o pedido feito pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e estipulou prazo de 180 dias para que o Governo do Estado realize um novo concurso público para contratação de profissionais qualificados que trabalham com atendimento educacional especializado (AEE). O estado também deverá proceder com urgência a nomeação no município de Marabá de dois candidatos aprovados no concurso realizado em 2012 para professor de educação especial. [\(Clique aqui\)](#).

MP/SC

Trabalhando Juntos: programa prepara jovens para entrar no mercado de trabalho. Em outubro, 28 jovens em situação de vulnerabilidade social concluíram uma capacitação em São João do Sul com o objetivo de se preparar para a inserção no mercado de trabalho. A iniciativa, que já alcançou quase 200 adolescentes na região Sul do estado, faz parte do programa “Trabalhando Juntos”, uma parceria entre Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina (CIEE), municípios e empresas privadas. [\(Clique aqui\)](#).

MPF/DF

MPF/DF aciona Justiça contra ilegalidades de decreto que impedem o funcionamento regular do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. O Ministério Público Federal (MPF) foi à Justiça nessa quarta-feira (6) para garantir o funcionamento regular do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda). A ação civil pública relata que, após quase 30 anos de atividade, o trabalho do Conselho está inviabilizado por ações deliberadas do Poder Executivo que dificultam o prosseguimento das atividades do órgão. Além disso, o Decreto 10.003/2019, do governo federal determinou ilegalmente a alteração no funcionamento do Conselho [Clique aqui](#) para ler mais.



4. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

STF: STF discutirá extensão da licença-maternidade à mãe não gestante em união estável homoafetiva. Segundo a Turma Recursal, o direito à licença-maternidade é assegurado no artigo 7º, inciso XVIII da Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, e esses dispositivos devem ser interpretados conforme os atuais entendimentos jurisprudenciais acerca da união homoafetiva e da multiparentalidade. Entendeu também que o benefício é uma proteção à maternidade e possibilita o cuidado e o apoio ao filho no estágio inicial da vida, independentemente da origem da filiação.. [\(Clique aqui\)](#)

STF divulga coletânea de informativos com teses e fundamentos firmados pela Corte. [\(Clique aqui\)](#)

STJ: Pai impedido de visitar filho na prisão desde 2012 poderá retomar visitas. Em razão da impossibilidade de aplicação de sanções de caráter perpétuo, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu a um pai o direito de visitar seu filho no presídio, no qual estava proibido de entrar desde 2012, quando foi flagrado tentando ingressar na unidade com telefones celulares. [\(Clique aqui\)](#)

STJ: Terceira Turma mantém indenização de danos morais a criança que tomou iogurte com inseto. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a condenação em danos morais imposta a uma fabricante de iogurte depois que uma consumidora de quatro anos ingeriu parte do produto contaminado pela presença de um inseto na embalagem. O colegiado reafirmou a jurisprudência segundo a qual os danos morais são devidos em razão da ofensa ao direito à alimentação adequada, corolário do princípio da dignidade da pessoa humana. [\(Clique aqui\)](#)

STJ: Negado habeas corpus a pai que não comprovou que filha maior não precisa de pensão. A maioria civil, por si só, não é capaz de desconstituir a obrigação alimentar. Com base nesse entendimento, já consolidado na jurisprudência, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou habeas corpus a pai que não pagou pensão para a filha, alegando ser ela maior de idade. [\(Clique aqui\)](#)



STJ: Atenção à infância é tão importante quanto proteger a sociedade, diz STJ. A atenção à primeira infância é tão importante quanto proteger a sociedade. Assim entendeu a 3ª Seção do Tribunal Superior de Justiça ao determinar que uma mãe em prisão preventiva passasse para custódia domiciliar. A decisão é desta quarta-feira (27/11). ([Clique aqui](#))

5. INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA

Informativo 659 – STJ – A diferença etária mínima de 16 (dezessex) anos entre adotante e adotado pode ser flexibilizada à luz do princípio da socioafetividade. ([Clique aqui](#))

Informativo 659 – STJ – É possível a configuração do delito de assédio sexual na relação entre professor e aluno. ([Clique aqui](#))

Informativo 658 – STJ – A existência de vínculo familiar ou de parentesco não constitui requisito para a legitimidade ativa do interessado na requisição da medida de perda ou suspensão do poder familiar. ([Clique aqui](#))

Informativo 656 – STJ – A ação rescisória de sentença proferida em ação de investigação de paternidade cujo genitor é prémorto deve ser ajuizada em face dos herdeiros, e não do espólio.. ([Clique aqui](#))

Informativo 655 – STJ – O delito do art. 240 do ECA é classificado como crime formal, comum, de subjetividade passiva própria, consistente em tipo misto alternativo. ([Clique aqui](#))

Informativo 954 – STF – Homem que beijou criança de 5 anos de idade, colocando a língua no interior da boca (beijo lascivo) praticou estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), não sendo possível a desclassificação para a contravenção penal de molestamento (art. 65 do DL 3.668/41). ([Clique aqui](#)).



6. NOTÍCIAS TJ/MT

Juízes participam de capacitação de novos conselheiros tutelares

Os juízes Jamilson Haddad de Campos, Renata do Carmo Evaristo Pereira e Cristiane Padim estão participando, como palestrantes de uma Capacitação para Conselheiros Tutelares. O evento que teve início dia 25 e segue até o dia 27 de novembro, em Cuiabá. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Traumas e direitos de jovens nos processos de adoção são temas de palestra em Cuiabá

Todo ser humano traz consigo traumas, mas mesmo assim, quando se fala em adoção, a maior resistência em adotar crianças mais velhas e adolescentes se dá por conta dessas marcas que carregam. Esses jovens trazem consigo história pregressa de dor e sofrimento e, quando os pretendentes e autoridades aprendem a lidar com esses traumas, ajuda na viabilização da adoção. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Encontro debate importância dos grupos e da rede de apoio à adoção

Insegurança, incerteza, realização de um sonho e expectativa são alguns dos fatores que norteiam o processo de adoção. Para aqueles que esperam formar ou completar a família, tanto os pais como os jovens e crianças institucionalizados, os desafios para o suporte e apoio necessários são primordiais. E é justamente com os olhos voltados para esse universo que o Poder Judiciário realiza nesta sexta-feira (22 de novembro) o 1º Encontro do Centro-Oeste de Apoio à Adoção (Encoapa), no auditório do Fórum de Cuiabá. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Nosso Judiciário faz palestra para 300 alunos de Várzea Grande

A Escola Estadual Ubaldo Monteiro da Silva, no Jardim dos Estados, em Várzea Grande, foi a penúltima unidade de ensino a receber o Nosso Judiciário antes do recesso escolar de fim e começo de ano. O colégio atende 1.100 estudantes, nos três períodos, do 5º Ano do Ensino Fundamental II ao 3º Ano do Ensino Médio. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.



Comissão de Adoção do Tribunal de Justiça é homenageada pela Câmara de Vereadores de Cuiabá

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja) da Corregedoria-Geral da Justiça de Mato Grosso foi homenageada hoje, quarta-feira (13 de novembro), em Sessão Solene na Câmara Municipal de Cuiabá. A honraria foi oferecida pelo vereador Diego Guimarães (Progressistas), que reconheceu as ações desenvolvidas no Estado, especialmente em Cuiabá, durante a Semana da Adoção, em maio deste ano. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Judiciário de Mato Grosso é palco de discussões sobre Política de Aprendizagem Profissional

Imagine um jovem que tem muitos planos e sonhos pela frente, mas ainda não possui a qualificação necessária, nem a chance de uma vaga no mercado de trabalho. As discussões acerca do futuro promissor almejado por muito jovens foi tema de evento na sede do Poder Judiciário de Mato Grosso na tarde desta terça-feira (12 de novembro). O Painel ‘Política de Aprendizagem Profissional em Mato Grosso – Oportunidade para jovens. Bom para o empresário, melhor para a sociedade’, que reuniu diversas instituições, públicas e privadas, busca impulsionar, sensibilizar e concretizar essa política tão importante para o desenvolvimento econômico e social do estado. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

JECRIM entrega quarta biblioteca infantil em escolas públicas de Várzea Grande

“As bibliotecas estavam cheias de ideias, talvez a mais perigosa e poderosa de todas as armas”, assim disse a escritora americana Sarah Janet. E a ideia de levar livros às escolas públicas de áreas com maior vulnerabilidade é a missão do projeto do Poder Judiciário ‘Letras e Sonhos’. Nessa segunda-feira (11 de novembro) a quarta unidade escolar de Várzea Grande a integrar o Programa Justiça em Estações Terapêuticas e Preventivas do Juizado Especial Criminal de Várzea Grande (Jecrim/VG), e assim, ganhar um complexo cultural dotado de biblioteca, brinquedoteca e sala de vídeo. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Videoconferência permite que pai reconheça o filho que mora a mais de 1.000 Km de distância

Uma videoconferência deu fim à angústia do menino Kauê Espíndola, que, com 12 anos, ainda não tinha o nome do pai na certidão de nascimento e, por conta disso, se sentia envergonhado frente aos amigos. Na sexta-feira (8 de novembro), juntamente com a mãe, Daiane Espíndola, seguiu até a Escola Estadual Humberto Castelo Branco, em Luciara (1.100 Km ao sul da Capital), onde são feitos os atendimentos do projeto Araguaia Cidadão para buscar informações sobre como incluir o nome do pai na certidão de nascimento. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.



Política de Aprendizagem Profissional em MT será discutida no Judiciário

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso realiza, na terça-feira (12 de novembro), com início às 13h30, um painel para discutir a ‘Política de Aprendizagem Profissional em Mato Grosso – Oportunidade para jovens. Bom para o empresário, melhor para a sociedade’. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

7. NOTÍCIAS DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE OUTROS ESTADOS

TJ/SP

1ª Vara da Infância e Juventude de SP condena adolescente de 12 anos por morte da menina Raissa. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) condenou o adolescente de 12 anos acusado de estuprar e matar asfixiada a menina Raissa Eloá Capareli Dadona, de 9, no Parque Anhanguera, na zona norte. O corpo da garota foi encontrado amarrado a uma árvore no dia 29 de setembro. Segundo a decisão da 1ª Vara Especial da Infância e da Juventude de São Paulo, o adolescente deve ficar internado em uma unidade da Fundação Casa por prazo indeterminado. A sentença foi proferida na quarta-feira, 6. [Clique aqui](#) para ler mais.

Adote um Boa Noite: campanha estimula adoção de jovens e crianças com mais de 8 anos. O projeto Adote um Boa-Noite, vencedor na categoria Tribunal do Prêmio Innovare 2018, tem o objetivo de estimular a adoção de crianças e adolescentes com mais de oito anos e/ou com alguma deficiência. Desde outubro do ano passado, o site www.adoteumboanoite.com.br divulga fotos e relatos de crianças e adolescentes acolhidos pelo Poder Judiciário e que têm poucas chances de adoção por falta de interessados. [Clique aqui](#) para ler mais.

Projeto Cidadania e Justiça festeja a nona edição em São Carlos. Alunos da rede pública estadual de São Carlos trocaram a sala de aula pelo do Salão do Júri do fórum na manhã da última sexta-feira (8), para comemorar o encerramento de mais um ano de atividades do projeto Cidadania e Justiça também se aprendem na escola. A iniciativa, em prática desde 2010, é fruto da parceria do Poder Judiciário com a Diretoria de Ensino do Município e tem apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação Paulista dos Magistrados (Apamagis). [Clique aqui](#) para ler mais.



TJ/MS

Certidão de óbito: pais ganham na justiça direito de registrar nome do filho natimorto. Sentença proferida pela 4ª Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos de Campo Grande autorizou o registro civil de filho que nasceu morto quando a mãe estava com 21 semanas de gestação. A decisão judicial determina que deve constar no registro o nome que o natimorto se chamaria, além dos nomes dos seus pais e avós.

Os pais ingressaram com a ação pedindo a expedição de certidão de óbito de natimorto, constando o nome escolhido para o bebê, bem como a autorização judicial para o sepultamento. Argumentam que a mãe foi atendida em hospital da Capital no dia 24 de outubro de 2019 e, em razão da idade gestacional, houve a negativa da expedição do óbito. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ decide que vínculo socioafetivo deve prevalecer em relação à verdade biológica. Por unanimidade, os desembargadores da 2ª Câmara Cível negaram provimento ao recurso interposto e mantiveram a decisão de primeiro grau que julgou improcedentes os pedidos do apelante na ação negatória de paternidade, com anulação de registro civil de nascimento e exoneração de alimentos. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/SC

Curso profissionalizante capacita jovens em conflito com a lei na comarca de Sombrio. O juiz Evandro Volmar Rizzo, titular da 2ª Vara da comarca de Sombrio, que responde pelo Juizado da Infância e Juventude naquela unidade jurisdicional, comandou na última semana solenidade de formatura de 12 jovens no 9º Ciclo da Oficina Profissionalizante Socioeducativa. Implantada em fevereiro de 2014, a iniciativa tem por objetivo promover uma abordagem integral na aplicação das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados alcançados até agora demonstram que a comarca está no caminho certo, diante da redução considerável do índice de reincidência entre adolescentes em conflito com a lei. Desde sua criação, 76 jovens passaram pelo projeto. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJSC decreta prisão preventiva de advogado que abusava sexualmente de crianças. Um advogado que abusou sexualmente de crianças durante mais de uma década teve nesta terça-feira (12/11) condenação confirmada e pena readequada pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), em matéria sob a relatoria do desembargador Getúlio Côrrea, a 33 anos e nove meses de reclusão em regime fechado. Apesar do recente entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo fim da prisão após julgamento em 2ª instância, a representante do Ministério Público (MPSC), procuradora Heloísa Crescenti Abdalla Freire, pediu a decretação da preventiva do réu, que foi aceita por unanimidade pelos desembargadores. A justificativa é que o caso concreto



atende aos requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/AP

Fazenda Esperança recebe doações arrecadadas na I Gincana do Estagiário Menor Aprendiz promovida pelo TJAP. Arrecadar donativos foi uma das tarefas da I Gincana do Estagiário Menor Aprendiz do TJAP/2019, realizada pelo Tribunal de Justiça do Amapá, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (NUPEMEC/TJAP), no dia 08 de novembro de 2019. A gincana integrou a programação da XIV Semana Nacional de Conciliação, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/RS

Feira de Sonhos: Livro com obras de crianças e adolescentes que vivem em abrigos será lançado na Feira do Livro de Porto Alegre. Na próxima quinta-feira (14/11), 74 crianças e adolescentes em situação de acolhimento na cidade de Porto Alegre estarão autografando o livro Feira de Sonhos. A obra traz textos, ilustrações e fotos sobre sonhos e relatos de vida dos autores. A sessão de autógrafos será às 10h, no Espaço dos Autógrafos Coletivos do Memorial do RS (Rua 7 de Setembro, 1020, 2º andar, Centro Histórico, Porto Alegre). A Corregedora-Geral da Justiça, Desembargadora Denise Oliveira Cezar, estará presente ao evento. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/PR

Programa “Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola” promove atividades educativas com estudantes do ensino público. Desde o final do mês de setembro, o Programa “Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola” realiza sua última etapa do ano em diversas escolas em todo o Paraná. Por meio da iniciativa, milhares de estudantes do ensino fundamental participam de atividades culturais e educativas sobre temas relacionados à justiça e à cidadania. Em Curitiba, 35 escolas desenvolverão essas atividades até o início de dezembro. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/PE

Três anos após a adoção, a vida de quatro irmãos pernambucanos filhos agora de um casal americano. Em Nova Liberty, no estado de Iowa, nos Estados Unidos, os irmãos William, Enzo, Cristiano e Leandro, com idade entre 5 e 9 anos, vivem uma realidade bem diferente da vivenciada



numa instituição de acolhimento no município do Paulista, em Pernambuco. Na casa de acolhida, viveram após terem sido separados dos pais por negligência e outras práticas que os colocaram em situação de risco. Há três anos, são filhos de Brandon e Jennifer Pratt. Chegaram ao novo país, sem saber uma palavra de inglês, mas, segundo os pais, o idioma foi aprendido com facilidade, e eles estão cada vez mais adaptados à rotina. Estudam, viajam e se divertem com a nova família. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/CE

Tempo médio de habilitação para adoção em Fortaleza cai de um ano para cinco meses. A Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais da Infância e Juventude de Fortaleza promoveu redução de 74,05% na quantidade de relatórios pendentes em procedimentos de habilitação no Sistema Nacional de Adoção (SNA), no período de pouco mais de seis meses. Com isso, o tempo médio do processo (do pedido à sentença de habilitação) caiu de um pouco mais de um ano para cinco meses. No dia 1º de abril deste ano, 131 pretendentes aguardavam a elaboração dos relatórios, já em 31 de outubro a quantidade caiu para 34. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/AL

Campanha de Natal do Judiciário vai realizar o sonho de 150 crianças. A Escola Superior da Magistratura de Alagoas (Esmal) lançou, nesta segunda-feira (11), mais uma edição da campanha Natal Solidário. Neste ano, 150 crianças de duas escolas públicas da capital receberão presentes doados por magistrados e servidores do Judiciário. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/SE

TJSE orienta sobre autorizações de viagens para crianças e adolescentes. O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) e em razão da proximidade das festas e das férias de final de ano, vem trazer informações referentes às autorizações de viagens de crianças e adolescentes no exterior e também no território nacional, respectivamente, consoante prevê as Resoluções nº 131/2011 e 295/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Clique aqui](#) para ler mais.



TJ/AC

Entrega Voluntária: Campanha do Judiciário combate crimes contra recém-nascidos. A Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) lançou durante o Seminário Pacto Nacional pela Primeira Infância no Acre o programa Entrega Voluntária. O objetivo é disseminar mais informações sobre o tema, já que a entrega de recém-nascido não é crime e sim um direito garantido por lei. [Clique aqui](#) para ler mais.

Criança tem garantido direito a creche próxima da residência da família. Em decisão interlocutória (que não encerra o processo), proferida no âmbito da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), o desembargador Luís Camolez determinou ao Município de Rio Branco que matricule uma criança “em creche próxima ao local de sua residência”. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/DF

Pai condenado por feminicídio não pode ter guarda de filha, decide Justiça do DF. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) negou a um homem condenado por feminicídio o direito de manter a guarda da filha dele. O autor da ação matou a mãe da criança, em 2017, e acionou a Justiça para retomar o poder familiar sobre a menina. A decisão é de segunda instância e foi tomada pela 8ª Turma Cível do TJDFT. O processo corre em segredo de Justiça e as informações foram divulgadas pela assessoria de imprensa do tribunal. [Clique aqui](#) para ler mais.

8. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNJ

Primeira infância: divulgados todos os vencedores de premiação

Os vencedores nas quatro categorias da premiação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) das boas práticas voltadas para crianças na primeira infância já são conhecidos. Na sexta-feira (22/11), o CNJ divulgou as melhores práticas dentre as inscritas nas categorias Sociedade Civil e Sistema de Justiça. O resultado final na categoria Governo foi divulgado na quarta-feira (20/11). A solenidade de entrega do prêmio será realizada no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sudeste, entre nos dias 2 e 3 de dezembro. [Clique aqui](#) para ler mais.



Primeira infância: Judiciário mobilizado na integração das redes de proteção

A criação de redes de proteção à Primeira Infância é obrigatória, segundo definem as normas legais vigentes no Brasil. A legislação destaca ainda que o desenho para o funcionamento da intersetorialidade deve ser feito pelo Executivo, contando com a contribuição dos demais poderes e com a participação de empresas e da sociedade civil organizada. De acordo com o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Richard Pae Kim, com a rede de proteção bem estabelecida, o sistema de Justiça consegue aderir facilmente às ações. [Clique aqui](#) para ler mais.

CNJ normatiza escuta protegida de crianças e adolescentes

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, resolução que dispõe sobre a escuta protegida de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no âmbito do Poder Judiciário. A norma regulamenta a Lei n. 13.431/2017, que tem foco na prevenção da violência institucional e busca garantir condições especiais para que as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência possam ser ouvidos nos feitos judiciais em locais apropriados, devidamente assistidos por profissionais especializados. As regras também têm o objetivo de resguardar a intimidade do depoente e evitar a reiteração de depoimentos que aumentem o sofrimento. [Clique aqui](#) para ler mais.

Seminário Internacional discute Marco da Primeira Infância

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apoia, em conjunto com outras treze entidades, o VII Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância, com o tema “Intersetorialidade: conexões para o alcance da prioridade absoluta à Primeira Infância”. O evento será realizado pela Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, nos dias 12 e 13 de novembro, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Entre os apoiadores estão também órgãos de governo, organizações da sociedade civil nacional e internacional, empresas, universidades, representantes do Sistema de Justiça. [Clique aqui](#) para ler mais.

Operadores do direito capacitados sobre 1a infância

Em parceria com a Escola Paulista de Medicina (EPM) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu início à fase presencial do curso “Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas”, realizada



nos dias 14 e 15 de outubro, em São Paulo. Voltado para magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos, delegados, advogados e equipes psicossociais-jurídicas, o curso também faz parte do projeto Justiça Começa na Infância, em execução por meio do Pacto Nacional pela Primeira Infância. [Clique aqui](#) para ler mais.

9. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNMP

CNMP aprova proposta que regula a fiscalização de medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, por unanimidade, nesta terça-feira, 26 de novembro, durante a 18ª Sessão Ordinária de 2019, proposta de recomendação que regula a fiscalização de medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes. O objetivo é uniformizar a fiscalização das medidas socioeducativas em meio aberto aplicadas a adolescentes. [Clique aqui](#) para ler mais.

Grupo de Trabalho da Comissão da Infância e Juventude do CNMP define prioridades para 2020

Nessa segunda-feira, 25 de novembro, membros do Ministério Público integrantes do Grupo de Trabalho Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), vinculado à Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CIJ/CNMP), reuniram-se em Brasília. Entre outros assuntos, estão sendo definidas as prioridades da comissão para o ano de 2020. O encontro continua nesta terça-feira, dia 26. [Clique aqui](#) para ler mais.

Faltam vagas nas unidades socioeducativas, ressalta Comissão da Infância e Juventude do CNMP

As unidades de atendimento socioeducativo no Brasil têm um déficit de quase cinco mil vagas, segundo levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público. O estudo foi ressaltado nesta quinta-feira, 21 de novembro, pela membro auxiliar da Comissão da Infância e Juventude (CIJ/CNMP), Andrea Teixeira, que participou do II Simpósio Nacional em Socioeducação, no Conselho da Justiça Federal, em Brasília. [Clique aqui](#) para ler mais.



Apresentada proposta que dispõe sobre a contratação de aprendizes no Ministério Público

O conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Otavio Luiz Rodrigues Jr. apresentou, nesta terça-feira, 12 de novembro, durante a 17ª Sessão Ordinária de 2019, proposição que dispõe sobre a contratação de aprendizes no Ministério Público da União e dos Estados, bem como sobre a possibilidade de o Ministério Público ser entidade concedente da experiência prática do aprendiz. [Clique aqui](#) para ler mais.

CNMP participa de seminário que discute financiamento de políticas públicas para garantia de direitos de crianças e adolescentes

“A atuação de qualquer política pública ligada à infância e juventude deve necessariamente se conectar com questões ligadas à área educacional”. A afirmação é do conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público e presidente da Comissão da Infância e Juventude (CNMP/CIJ), Otavio Luiz Rodrigues Jr., que participou, na manhã desta quinta-feira, 7 de novembro, da abertura do seminário “Financiamento de políticas públicas para garantia de direitos e crianças e adolescentes”, na sede do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP/MG). [Clique aqui](#) para ler mais.

CDDF/CNMP, Unicef e Tribunais de Contas tratam do projeto de enfrentamento da evasão escolar

A implementação da Meta do Plano Nacional de Educação: busca ativa, que trata da evasão escolar, foi o tema de reunião realizada nessa terça-feira, 5 de novembro, entre o Grupo de Trabalho de Defesa da Educação, que integra a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP), presidida pelo conselheiro Valter Shuenquener, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O encontro ocorreu na sede do CNMP, em Brasília. [Clique aqui](#) para ler mais.

CNMP participa do lançamento da proposta do Pacto de Integração das Políticas do Sistema Socioeducativo

Nesta quarta-feira, 6 de novembro, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão da Infância e Juventude (CIJ), participou da abertura do Seminário “Janelas de Oportunidades da Primeira Infância à Socioeducação”, que acontece nos dias 6 e 7 de novembro, no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal. A iniciativa é promovida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), por meio da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas (VEMSE/DF). [Clique aqui](#) para ler mais.



10. ARTIGOS

“**A vaidade, a rosa e o sopro da vida**”, escrito por Arnaldo Justino. ([Clique aqui](#)).

“**Barriga solidária: dúvidas e cuidados jurídicos**”, escrito por Ana Caroline Braun, Advogada, formada pela PUC-RS, com especialização em Direito Empresarial, graduada em Farmácia Bioquímica, e sócia do escritório Rossi, Maffini, Milman & Grandó Advogados, com atuação na área contratual, consultiva e contenciosa cível, com foco em responsabilidade civil, direito do entretenimento e direito do consumidor. ([Clique aqui](#)).

“**A Defensoria e o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte**”, escrito por Hugo Fernandes Matias, Defensor Público do Espírito Santo, mestrando em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo e coordenador do Comitê Estadual para a Prevenção e Erradicação à Tortura do estado e do Núcleo Especializado de Direitos Humanos da Defensoria do ES. ([Clique aqui](#)).

“**A absurda exigência de prova documental da união estável para a adoção e para o registro do filho concebido por reprodução assistida**”, escrito por Maria Berenice Dias, Advogada especializada em direito homoafetivo, famílias e sucessões. Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Ex-presidente Nacional da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB. Presidente da Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero do IBDFAM. ([Clique aqui](#)).

Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Equipe do CAO:

Paulo Roberto Jorge do Prado – Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente

Márcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Infância e Juventude

Rita de Cássia Arnaut Amadio – Analista Jurídica

Lucas Blanco Bezerra – Auxiliar Ministerial